



Número: 10

Segunda-Feira, 18 de Outubro de 1976

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

I Legislatura

Sessão Legislativa

PRESIDENTE - Deputado Álvaro Monjardino

SECRETÁRIOS - Agostinho Pimentel (interino) e Félix Martins (interino) este apenas até à chegada, a meio da Sessão, da Secretária efectiva, Suzette Oliveira

---

#### SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15 horas.

Antes da Ordem do Dia, foi lido o expediente, e usaram da palavra os Deputados Conceição Bettencourt (PS), Frederico Maciel (PPD), José Manuel Bettencourt (PS), Emílio Porto (PS), Fátima Oliveira (PPD), Manuel Fernando da Silva (PS), Liberal Correia (PPD) e Manuel de Melo (PPD).

No período da Ordem de Dia foi aprovado por unanimidade a composição da Comissão do "Plano Economia e Finanças".

Também neste período foram nomeados os Deputados que passaram a constituir a Comissão Permanente de "Organização e Legislação".

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 45 minutos.

PRESIDENTE : Vai proceder-se à chamada.

(Eram 15 horas).

(Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

P.P.D/P.S.D.: Adelaide Maria Medina Teles, Agostinho Ramos Pimentel, Alberto Romão Madruga da Costa, Alvarino Manuel Meneses Pinheiro, Alvaro Pereira da Silva Leal Nonjardino, António Frederico Correia Maciel, David Francisco Mendonça Santos, Delmar António de Sousa Bizarro, Emanuel Francisco Botequilha e Silva, Francisco Dutra de Sousa, Francisco Martins Nunes Gonçalves, José Adriano Borges de Carvalho, José Arlindo Armas Trigueiros, José Renato Medina Moura, Liberal Faria Correia, Manuel Costa Melo, Maria de Fátima da Silva Oliveira e Manuel Pereira Furtado.

P.S.: Felix Augusto Pereira Martins, José António Martins Goulart, José Manuel da Costa Bettencourt, Manuel Emílio do Porto, Manuel Fernandes da Silva e Maria da Conceição Bettencourt de Modelros.

PRESIDENTE: Estão presentes 24 Deputados, Está aberta a Sessão.

(Eram 15.10 horas)

PRESIDENTE: Meus Senhores, a nossa Assembleia está convocada extraordinariamente, a pedido do Governo Regional, para se pronunciar sobre o Orçamento da Região. E por iniciativa do próprio Presidente, para se pronunciar sobre as composições da Comissão do Plano, de Economia e de Finanças, cuja constituição é pressuposto da apreciação do Orçamento Regional, além de mais.

De acordo com o Regimento, e neste período de antes da Ordem do Dia, que se prolongará por uma hora, vamos seguindo as regras que aqui temos, e ver o que há sobre correspondência.

O primeiro ponto que aqui nos aparece é uma carta da Junta de Freguesia, de Santa Luzia, concelho de Angra do Heroísmo, pedindo que lhe seja remetido o "Diário das Sessões". Nós tomaremos nota disto, e procuraremos, tão depressa seja possível, satisfazer este pedido.

Temos outra da Junta de Freguesia da Sé de Angra, pedindo também o "Diário das Sessões", outra da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra, pedindo ainda o "Diário das Sessões", outra da Freguesia de S. Pedro de Angra, pedindo o "Diário das Sessões". Tudo isto é datado de 6 de Setembro de 1976.

Temos aqui um telegrama das Lajes do Pico. De um grupo de interessados do Sul do Pico, lamentando continuarem marginalizados pelo pouco empenho da Televisão em tirá-los da zona escura. E assim ficaram impedidos de acompanhar a cobertura da Televisão, feita aquando da visita do Chefe do Estado, bem como os debates actuais. Estão informados de ser tecnicamente provável, sem grandes despesas, a solução desejada.

Outro telegrama das Lajes do Pico: "Lamentamos não ter podido acompanhar vossa intervenção através imagens Televisão, por continuarmos esquecidos daquele meio de comunicação. População Sul do Pico está incontroversamente incluída entre as mais esquecidas até agora, tendo os olhos postos na vossa pertinente intervenção a favor da nossa urgente saída da zona escura, com iguais direitos demais Açorianos."

Temos aqui uma carta, assinada por David Pereira da Silva, datada de Lisboa a 24 de Setembro, protestando contra um injusto artigo publicado no jornal "O Telégrafo" de 17.9.76, sob o título em foco "a Pista do Pico".

Há também aqui um pedido dirigido ao Presidente da Assembleia, por ter conhecimento da campanha de coacção psicológica lançada pelo jornal "O Telégrafo" e seguida pela Rádio, para que os camponeses pobres da ilha do Pico cedam gratuitamente as suas courelas para construção de uma pista de aterragem, o que parece uma injustiça atroz.

Tomou-se a liberdade de mandar as fotocópias de tudo isto que aqui está, também para apreciação dos Srs. Deputados.

O Sr. Ministro da República comunica-nos o seu Decreto 1/76 A, que nomeia o Presidente do Governo Regional.

Temos aqui também um relatório do Adido de Imprensa do Ministério da Comunicação Social, sobre os seus trabalhos aqui prestados anteriormente.

Temos o próprio pedido do Sr. Presidente do Governo Regional para a convocação desta Assembleia, datado de 9 de Outubro, e temos aqui as condições que foram postas para impressão do "Diário" das Sessões da Assembleia Regional.

Está aqui tudo à apreciação dos Srs. Deputados.

Seria altura de falar sobre omissões ou inexatidões do "Diário" apresentada por qualquer Deputado ou membro do Governo Regional interessado. Eu presumo que as pessoas que aqui se inscreveram queiram focar esse assunto, mas talvez mais adiante. Todavia, se alguém quiser fazer referências ao "Diário", e entender fazê-las agora, pode fazê-las, embora rigorosamente elas não tenham lugar aqui. Isto pressupõe a publicação de um "Diário"

que ainda não foi possível fazer-se.

Temos aqui, como sabem - e já todos os Srs. Deputados o terão visto - a proposta do Orçamento Geral da Região Autónoma dos Açores, para 1977.

É essa uma das razões por que estamos aqui reunidos.

Finalmente, nesta etapa ainda, dou conhecimento à Assembleia do seguinte Requerimento, provindo do Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático, visto que ainda não mudou oficialmente de nome, sobre a substituição de quatro deputados.

(Foi lido o Requerimento)

PRESIDENTE: Sobre o assunto principal desta Sessão, A Mesa da Assembleia vai ter um encontro com os Grupos Parlamentares. Isto é para seguir a alínea g) do artigo 59º do Regimento. De maneira que a única decisão que a Mesa tem neste momento a comunicar à Assembleia, é de que, findo o período de Antes da Ordem do Dia, será a Sessão interrompida para uma troca de impressões com os Grupos Parlamentares, sobre a maneira mais eficaz e positiva de podermos responder ao que nos foi pedido com esta convocação extraordinária da Assembleia Regional.

Em vista desta parte inicial do expediente e informação se achar esgotada, vamos passar á segunda parte do Período de Antes da Ordem do Dia, que diz respeito ao tratamento de assuntos de interesse político relevante. Para isso, temos inscritos seis Deputados Regionais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

DEPUTADA CONCEIÇÃO BETTENCOURT (P.S.): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Após este período de interrupção nos trabalhos desta Assembleia, por certo todos e cada um de nós traremos novos contributos para o bom êxito da mais alta missão que o eleitorado, isto é, os Portugueses nascidos e residentes nesta Região de Portugal, nos cometeu: a função de legislar para os Açores, dentro dos parâmetros da Constituição da República, que a todos une, obriga e dignifica, e a não menos importante função de fiscalizar e julgar a acção do Governo Regional.

Por certo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que todos meditámos no que promete vir a ser esse Governo e essa acção. Se nós, Socialistas, não achamos tempo perdido o debruçar-nos sobre o programa do Governo Regional posto á venda nas livrarias do Arquipélago, e largamente difundido através da Imprensa, que a nível da Região não regateia os seus favores e

comentários agradáveis aos Órgãos do executivo Regional, por maioria da razão, o Grupo Parlamentar do PPD terá feito desse programa a sua cartilha política, o seu "vademecum" parlamentar. Em consequência, dispense-me de fazer citações para enaltecer algumas bem urdidadas declarações de intenções de linguagem progressista, que aponta para a esquerda. Aliás, quer a nível Nacional, quer a nível Regional, o PPD tem julgado bem apresentar-se sob essa roupagem da Social-Democracia, que a Europa - certamente por miopia - não conhece.

Seja como for, ninguém mais do que nós, Socialistas, desejaria que à roupagem correspondesse o conteúdo, pois na meta final do substracto ideológico de uma verdadeira Social-Democracia há alguns pontos válidos de entendimento, a partir dos quais nós avançamos num caminho sempre progressista, até à autêntica Sociedade Socialista.

Tememos, porém, que esse desejável encontro seja impossível na prática, pela não coincidência entre a vontade declarada e a vontade real, de que enferma, na sua actuação, o PPD. Apontar para a esquerda e voltar à direita é a velha e tão óbvia táctica marcelista, cuja paternidade espiritual se apresenta como indisfarçável, e aliás de todos conhecida, em relação a alguns dos mais altos dirigentes, quer Nacionais, quer Regionais.

Numa Democracia, a crítica, a análise atenta, e as sugestões válidas, são essenciais para a sua própria existência.

A crítica é a crítica. Defini-la como construtiva ou destrutiva, mostra bem o que acima digo sobre a tal ascendência marcelista, de só aceitar encómios e estímulos ditos como construtivos, em nome de uma pseudo-liberdade de imprensa, em breve, mesmo assim, novamente coartadas ao Povo Português pela então crismada Lei de Exame Prévio, cuja autoria e aplicação, no Continente e Ilhas, é por demais conhecida.

E assim, não é de estranhar a sistemática posição de vítima assumida pelo ex-PPD em face do que se chama os ataques do Partido Socialista, quando este lhe exige o mínimo de funcionalidade e conhecimento das realidades açorianas que tão bem parecia conhecer, apregoando receitas milagrosas às populações, e dando à estampa um programa do Governo tão empaladado. Ninguém espera milagres, mas temos o direito de exigir um mínimo de coerências e competências, um mínimo de execução, relativamente ao que foi prometido tão demagogicamente às populações, sob pena de pedirmos contas à justiça quanto a esse mesmo programa, como uma fraude.

Crítica é crítica. Não pretendemos nós, Socialistas, servir com

ar seraficamente casto frases redundantes com cheirinho a santidade. A verdade pode ser dura, e deve ser sempre justa. E pretendemos ser justos, mas duros, sempre que necessário também.

Os Açores estão em causa. A Autonomia é uma planta que se quer robusta, e não uma enganosa promoção de políticos já comprometidos e ainda comprometidos com as antigas práticas que repudiamos, muito especialmente se, estando-o, procuram responsabilizar do seu eventual fracasso na Região o Governo Central. Só agora ..., depois do 25 de Abril ... Por que não antes?

A crítica é crítica ! E é necessário aceitá-la em Democracia .... sem exame prévio !

(Pálmãs)

PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Maciel.

DEPUTADO FREDERICO MACIEL (PPD/PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao usar da palavra pela segunda vez no período de antes da Ordem do Dia, permitam-me saudar através dos Srs. Deputados todos os Açorianos especialmente aqueles que esperam, através dos trabalhos desta Assembleia, que melhores dias advenham para os seus filhos e gerações futuras.

Permitam-me, ainda, deixar um apelo aos 43 Deputados, eleitos directamente pelo Povo, para que singremos um caminho de justiça e fraternidade. Que jamais a ideologia de cada um seja obstáculo a uma verdadeira amizade ou pedra de toque para horríveis lutas verbais que dificilmente conduzirão à Paz.

Paz não significa resignação ao mal existente mas uma força dinâmica que impele a humanidade para maiores conquistas de bem-estar e justiça.

Paz e desenvolvimento não se degladiam mas andam juntos.

Não haverá "paz" enquanto existirem pessoas morrendo de fome; enquanto a cultura não atingir todas as camadas sociais; enquanto, em resumo, os homens não atingirem uma sociedade mais igualitária.

Uma sociedade mais justa não pode ser considerada apenas como bem estar económico. Há outros aspectos que não podem ser desprezados sob pena de se atingir uma sociedade que, apenas em parte, responde aos problemas humanos.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Os representantes do Povo mais uma vez se reúnem para delinear a melhor forma (segundo a sua maneira de ver e óptica partidária) de construir uma sociedade mais fraterna e justa. É a criação de um melhor bem estar social para as populações.

Estou convencido que os 43 Deputados com assento nesta Assembleia pretendem - todos eles sem excepção ! - a construção duma sociedade em que o Povo açoriano se sinta mais feliz.

Diferem os meios conforme os partidos aqui representados. Os ~~finis~~ que julgam mais úteis ao bem estar social das populações não são idênticos em certos pontos. Mas é o mesmo propósito firme de conseguirmos, através do nosso trabalho, que os Açores e, conseqüentemente, Portugal, sejam a terra de todos (mas de todos) os Açorianos e Portugueses.

Temos o dever, (é o Povo que nos paga que o exige !), de em todo o nosso trabalho (para além de problemas partidários), perguntar, a nós próprios, qual a solução que, em determinado caso, melhor serve os interesses da população açoriana, especialmente daquelas classes que mais necessidade têm da nossa atenção.

Não é com discussões, por vezes estéreis, que estamos a construir uns Açores mais justos. É sim com críticas construtivas por parte da oposição e aceitação da parte dos partidos do Governo dessas mesmas críticas.

Os Sociais-Democratas na Assembleia estarão sempre abertos ao estudo das opiniões de qualquer dos partidos aqui representados (quer do PS quer do CDS) e aceitá-las quando se concluir que isso será a melhor forma de servir o Povo Açoriano.

Se o Povo Açoriano, na sua maioria, escolheu o PPB, respeitemos essa vontade !

Se esse Povo escolheu representação de outros partidos nesta Assembleia, respeitemos a vontade dessa mesma população !

Nesta Sala somos verdadeiramente os representantes políticos do Povo.

Fomos eleitos para defender essa população e mal irá esta Assembleia quando apenas nos servirmos destes lugares para fazermos malabaris-mos linguísticos e comícios políticos.

A discussão é útil e necessária !

Seria uma cópia da tristemente célebre União Nacional caso aqui

não houvesse oposição e, conseqüentemente, discussão de pontos de vista diferentes.

Da troca de opiniões surge sempre uma verdade mais completa.

Enquanto a discussão for uma forma de defender o Povo que nos elegeu está indiscutivelmente certa. Mas quando ultrapassar essa fase para se tornar numa monótona repetição de argumentos já apresentados ou para denegrir este ou aquele partido, então, é supérflua e inútil.

Se é verdade que uma das funções desta Assembleia é a defesa de toda a população Açoriana, também não é menos certo que são as classes trabalhadoras mais desfavorecidas que depositam em nós a esperança dum futuro mais justo e feliz.

Aqui deveremos ser porta-voz daqueles que nunca tiveram a oportunidade de ser ouvidos. Daqueles que sempre foram obrigados a calar-se. Daqueles que, por demasiadamente oprimidos, nunca a fizeram ouvir. Daquelas classes que mais dificuldades têm tido de conseguirem que as suas aspirações fossem postas em prática.

A defesa da Democracia terá de ser, também, uma das funções desta Assembleia. Democracia que deverá ser, como a palavra exprime etimologicamente, "GOVERNO DO POVO".

Para haver Democracia terá de haver Governo que de facto governe, isto é, dirija e oriente os cidadãos.

Mas esse Governo deverá ter o aval do Povo.

De todo o Povo não apenas das "vanguardas esclarecidas", quer sejam da direita quer sejam da esquerda. Nunca se poderá aceitar que Partidos, através da sua praxis política, queiram tomar lugares que a vontade popular, pelos votos, lhes tenha negado.

Democracia implica "DIREITOS" e exclui "FANATISMOS".

Pode-se reunir isto no princípio: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos".

O "FANATISMO" é excluído da Democracia, porque dificilmente considera possível a colaboração com outros pontos de vista.

Defender a Democracia terá de ser uma luta constante (por vezes contra nós próprios) para que a opinião de outros seja respeitada, e, sobretudo, devidamente ponderada porque nessa opinião também há verdades que merecem análise.



Como a própria Constituição define deverá esta Assembleia ter por objectivo "assegurar a transição para o Socialismo".

Muito se falou de "socialismo" desde o 25 de Abril de 1974. Todos os Partidos (salvo poucas excepções) se reclamaram de socialistas. Mas que "socialismo", sendo os programas tão diferentes? Nós, Sociais-Democratas, também pretendemos atingir um socialismo humanista. Temos consciência que o princípio de justiça exige a igualdade. Defendemos pois uma sociedade igualitária onde a exploração do homem pelo homem não tenha lugar, mas também uma sociedade que esteja ao serviço da humanidade.

Não se trata aqui de um humanismo literal, mas do pleno desenvolvimento do homem.

Os partidos de todas as cores pretendem inspirar-se sempre no respeito que ao homem é devido. Aquelles mesmos que na prática se conjuram contra a sua liberdade, enaltecem-no por palavras.

O nosso humanismo é uma tendência dinâmica. Tende essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente humano e manifestar a sua grandeza original fazendo-o participar em tudo o que pode enriquecê-lo na natureza e na história.

O homem, inteligente e livre, goza de um valor absoluto, incommunicável e independente de qualquer utilização.

É um fim digno de respeito e de consideração, um sujeito com inerentes direitos e deveres, em suma uma Pessoa.

Entendemos, pois, como humanismo um convite ao homem para explorar todos os seus recursos materiais e espirituais, pessoais e comunitários.

É um humanismo aberto que não sacrifica nenhuma das nossas faculdades. Tende à satisfação de todas as nossas aspirações. Queremos uma justiça verdadeira, porque estamos conscientes que cada passo para a igualdade favorece a estabilidade social e a realização da pessoa humana.

Não concordamos, contudo, com a "luta de classes", porque mais do que a aspiração ao bem estar social através da "justiça", pretende-se atingi-lo através do ressentimento e do ódio.

Partindo do ódio, não vejo como se poderá criar uma boa organização social.

Quando os homens, a quem somente o ódio anima, se apoderam do poder, esse sentimento persiste e acabam, um dia, por se voltarem uns contra

os outros. Esses homens tanto se podem chamar Hitler ou Neto, Stalin ou Pinochet.

Não importa somente o que se faz, mas também porque se faz, e isso é bastante esquecido pelos sectores ditatoriais.

Os meios para atingir um fim justo nem sempre são justos. Aceito o conceito de que o "fim não justifica os meios".

Repugna-me aceitar que qualquer que seja o fim a atingir permita usar meios em que se sacrifiquem inocentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Permitam-me terminar com uma citação de Alberto Camus que nos poderá servir de lema nesta Assembleia Regional:

- "Recusamo-nos a desesperar o homem. Se não podemos ter a ambição de o salvar, queremos, ao menos, remi-lo".

Servir todos os trabalhadores açorianos. Servir os Portugueses numa Autonomia eficaz.

Tenho dito.

(Palmas)

DEPUTADO JOSÉ MANUEL BETTENCOURT (PS): Sr. Presidente dá-me licença ?

PRESIDENTE: É para invocar o Regimento ?

DEPUTADO JOSÉ MANUEL BETTENCOURT: Era para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado que acabou de falar.

PRESIDENTE: Está bem. Faz favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL BETTENCOURT: Eu ouvi com a maior atenção a intervenção do Sr. Deputado do Partido Popular Democrático, que tive a oportunidade de aplaudir na generalidade, pelo conteúdo de respeito pela pessoa humana, num esquema e num processo de construção de uma sociedade igualitária. No entanto, surgiu-me uma dúvida numa observação que posso considerar talvez de pormenor, em que o Sr. Deputado diz que não concorda, efectivamente, com a luta de classes. Eu se bem recordo o programa do Partido do Sr. Deputado que acabou de intervir - talvez na página 14 ou 24, não estou bem certo - diz que o Partido Popular Democrático considera a validade da luta de classes, como forma de emancipação das classes trabalhadoras. Eu gostava que o Sr. Deputado me esclarecesse se é uma discordância

pessoal em relação ao programa do seu Partido, ou se é uma concepção geral de uma prática política que não corresponde ao programa do próprio Partido.

PRESIDENTE: Tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento, por um período de 5 minutos, nos termos do Regimento.

DEPUTADO FREDERICO MACIEL (PPD/PSD): Naturalmente que isto é uma opinião pessoal, e mais do que isso. Dizia eu que não concordava com a luta de classes, enquanto ela era, portanto, baseada no ressentimento e no ódio. Parece-me que é o que está aqui escrito: "Não concordamos, contudo, com a luta de classes, porque mais do que aspiração ou bem estar social através da justiça, pretende-se atingi-lo através de ressentimentos e do ódio". Portanto, parece-me que não é negar absolutamente a luta de classes, mas estou aqui a fazer uma distinção: Há o atingir uma sociedade de bem estar através da justiça, e há o atingi-la através do ressentimento e do ódio. Não sei, portanto, se o esclareci. Isto é uma opinião minha. Não estou de qualquer maneira a implicar o Partido todo, mas parece-me que dei mais ou menos uma explicação, dentro das minhas possibilidades.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL BETTENCOUT (PS): Obrigado.

PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Deputado Emílio Porto.

DEPUTADO EMÍLIO PORTO (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É um facto que a Região Autónoma dos Açores tem ilhas mais privilegiadas do que outras. Factores geográficos, históricos, culturais e económicos, levaram essas ilhas a ocupar a posição privilegiada que ocupam em relação às outras. Não vamos fazer história desta posição, nem muito menos discuti-la, até porque nos parece que, em termos genéricos, ela se deve aceitar.

Simplemente, em termos verdadeiramente democráticos e autónomos, as outras ilhas, as menos privilegiadas, esperam pela atenção que realmente merecem. Com certeza que estas outras ilhas não esperam pela Sede do Governo, nem pelas Secretarias Regionais, nem mesmo, vá lá, pela Universidade. Não reivindicam para si os centros de decisão político-administrativa. No entanto, há aspectos que nos merecem uma atenção especial. Hoje vou referir-me a um desses aspectos - o do ensino.

Cada ilha deverá ser convenientemente estruturada no campo do ensino, pelo menos até ao ensino secundário inclusivé. Cada ilha deverá ser auto-suficiente nesta matéria. Nem mesmo ao Corvo faço excepção. E sobre este assunto vem-nos imediatamente à mente os chamados Externatos.

Num desejo, a todos os títulos louvável, de promoção das gentes menos favorecidas, eles apareceram; em muitos casos funcionaram, e continuam a funcionar, em instalações deficientes e bastante precárias; os professores e alunos têm enfrentado essas condições com sacrifício e heroísmo, retirando do seu esforço todos os resultados possíveis; desde o seu início têm sido assistidos por alguns sacerdotes e leigos (em geral professores primários e outros), que aos alunos têm dado todo o valor do seu saber; o Estado tem custeado as despesas dos transportes com os estudantes de alguns Externatos; o mesmo Estado não lhes tem dado todo o valor que lhes é devido. Perante este quadro faço os seguintes considerandos:

Os Externatos têm o seu valor. E esse valor tem de ser defendido, acarinhado, estimulado e aperfeiçoado. Mais: neste valor, os Externatos tem de ser colocados ao nível das escolas oficiais. O que não quer dizer que sejam oficializados. Neste aspecto, e contra alguém que já pretendeu denegrir este valor, eu diria que olhasse para a grande quantidade de jovens de ambos os sexos, que passaram pelos Externatos, e que hoje são o melhor testemunho desse valor. Mais ainda: eu diria que olhasse para esses sacerdotes e leigos que com sacrifícios enormes, têm contribuído para o bem das gentes menos protegidas. Daqui, desta Assembleia, louvo quantos, no silêncio e na obscuridade, deram e continuam a dar, aos nossos jovens das ilhas mais desprotegidas, toda a força e experiência do seu saber.

Mas o ponto fulcral desta minha intervenção não é o dos professores dos Externatos. É, sim, o dos alunos. Esses é que estão verdadeiramente em causa. Os alunos dos Externatos não se encontram em igualdade de direitos com os seus colegas das escolas oficiais. Continuam a ser objecto de discriminação em relação aos restantes. Importa que isto acabe.

Tem-se falado na oficialização destes estabelecimentos de ensino particular, como solução para o problema. Não se concede essa oficialização alegando-se, para tal, que faltam professores devidamente habilitados. Contesto esta posição assumida, dizendo que seria mais justa, para os alunos, essa oficialização. Os professores, transitoriamente, seriam os mesmos. Mais tarde continuariam os que têm habilitações próprias, e os restantes dariam lugar àqueles que todos os anos fossem saindo das Universidades. Ainda contra a oficialização se alega a falta da boa qualidade do ensino ministrado nos Externatos. Neste caso, o Estado terá que se inteirar, através de Delegados seus, da qualidade desse ensino.

No caso dos Externatos continuarem a ser de regime particular,

eu continuo a defender, para os alunos, a igualdade de direitos que merecem em relação aos seus colegas do ensino oficial. Se os professores do ensino particular são autorizados a ensinar, e portanto competentes, porque o não hão-de ser também para examinar? Continua a dizer-se que a qualidade do ensino não tem sido satisfatória. Para a solução, o mesmo acima referi: que as autoridades competentes, supervisionem também a qualidade desse ensino. Mas cuidado: em ambos os casos, que o façam também em relação às escolas oficiais já existentes, porque também lá existem essas deficiências. A deficiente qualidade de ensino que se apregoa, e é um facto que ela existe, não provém só das escolas particulares. Provém também das oficiais.

Para melhorar a qualidade do ensino, enquanto não tivermos gente habilitada para uma cobertura total, o Governo deverá tomar medidas adequadas, no sentido de suprir as deficiências apontadas. O que não pode fazer, é contemporizar com situações de desigualdade em relação aos estudantes. As nossas ideologias, dentro desta Assembleia, são convergentes num ponto: a promoção das classes menos protegidas. Cada ilha, com os seus estabelecimentos de ensino, deverá ser auto-suficiente. A cultura é para todos. Em igualdade de direitos e deveres. E termino com as palavras do senhor Presidente da República, proferidas na inauguração solene desta Assembleia: "é urgente o desenvolvimento duma estrutura de ensino, aberta à capacidade de todos os Açorianos, e sem a qual esta Região será um corpo sem alma".

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira.

DEPUTADA FÁTIMA OLIVEIRA (PPD/PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste reencontro, as minhas saudações para todos. Ao pedir a palavra, fi-lo motivada, sem dúvida, pelo sentir que há factos ou acontecimentos que encerram em si uma gama tão completa de consciencialização humana, crítica e política que, na sua essência, representa o crescer da maturação política da nossa população. E não digo maturação partidária, nem nunca o farei, porque considero que dizê-lo seria desprestigiar no seu todo as pessoas que estiveram envolvidas no facto que me leva a fazer esta intervenção e que, para mim, defensora da descentralização e da coerência, tanto humana como comunitária, tem um significado transcendente de que os elementos que compõem a Região Açores começam a sentir, na sua carne, a necessidade da criação da realidade Região. Região que possui uma identidade própria no contexto nacional e que, no seu conjunto, alberga um número de identidades próprias igual a tan-

tas quantas as partes que a compõem. E é desse conjunto de identidades diferenciadas, não só em muitas das suas maneiras de reagir como, e sobretudo, no grau dos seus privilégios, que teremos de fazer uma Região em que a unidade seja denominador comum.

Solicito que nunca, pelo menos os Deputados desta Câmara, confundam unidade com unicidade. A esta, repudio-a quer no pensamento quer na acção ou nas reacções. E para não me alongar demasiadamente passo já a fazer uma análise breve do acontecimento a que me refiro e que, certamente, já todos compreenderam tratar-se da luta travada à volta do curso de Contabilidade e Administração do I.U.A. que motivou e movimentou um conjunto de forças vivas que é necessário manter actuaentes a fim de que a comunidade Açoriana não se torne, neste contexto árduo e obscuro do todo Nacional, uma comunidade amorfa ou de todo descentralizadora, como já o foi no passado longínquo e recente. Eu, que acompanhei de perto a luta dos trabalhadores, gostaria de lhes manifestar daqui, desta Assembleia, o apoio do Grupo Parlamentar do FPB/PSD, grupo que em unidade - nunca em unicidade - tem procurado seguir corajosamente - apesar de todos os ataques mais ou menos surrealistas e até ofensivos da dignidade democrática - o caminho que se propõe desde o início, ou seja, conseguir a todo o custo uma Autonomia real e concreta para o Povo Açoriano, Autonomia essa que, dado o nosso condicionalismo insular, terá de ser obtida não a partir de uma centralização mas sempre a partir de uma descentralização racional, tanto quanto possível operacional, mas nunca subordinada exclusivamente à operacionalidade matemática e sim à operacionalidade humana.

Desferem-nos ataques duros sobre o ponto de vista de desgaste económico que acarreta uma tal descentralização. Mas isso não nos preocupa, porque para nós, PPD, a sociedade e o económico estão sempre ao serviço do Homem, e não vice-versa.

Só nos espanta que haja quem - sabendo que partimos do zero - faça especulação com o conjunto dos zeros que terão de ser colocados à direita de um número X que mais não significa a Autonomia em evolução nesta hora de arrancada.

Ao construir um edifício, se os alicerces não forem sólidos, não esperemos que eles resistam aos vendavais. Assim o compreendemos nós.

Assim o compreenderam os estudantes trabalhadores pelas palavras que lhes ouvi. E ao englobá-los na nossa maneira de pensar, não pretendo, não quero, nem nunca o farei, partidizar a sua acção, o que constituiria

o tirar a escarleta o primeiro grande valor - o valor fundamental que ela representa - e a que os estudantes trabalhadores sempre se mostraram sensíveis, repudiando com energia todas as tentativas e insinuações de partidização como um atentado à sua independência política. E aqui, nesta Assembleia, onde se deve fazer ouvir a voz satisfeita e dolorida do Povo Açoriano, eu desejo prestar homenagem à essa parcela do Povo trabalhador, não esquecendo nunca o conceito que nós, PPD/PSB, temos, de que trabalhador é todo aquele que trabalha de facto, seja em que profissão fôr. Trabalhadores que, unidos pelo ideal da construção de uma verdadeira Região, se batem lutar denodadamente nesse ideal, sem se deixarem enfeudar a nenhuma força política.

Deste brotar espontâneo de uma luta contra a centralização, podemos sentir-nos satisfeitos - nós, representantes do Povo - porque ele começa a despertar no seu individualismo ilhéu e começa a tomar consciência de que a Região são as nove ilhas dispersas pelo Atlântico. Uma lição a registar na história Autónoma que não me dispensa de lamentar dois factos que a precederam, e de tirar conclusões:

1.º - Lamento sinceramente que todo o esquema de transferências se tenha processado nas costas do Povo açoriano, dentro dos Gabinetes do I.U.A., e como decisão onnipotente de quem a pensou e pôs em prática, sem uma consulta e sem uma explicação prévia,

Todas as explicações posteriores que foram obrigadas a prestar, devido à atitude corajosa dos estudantes trabalhadores, nem venciam a razão da sua luta, e muito menos convenceram,

2.º - Lamento que a extinta Junta Regional - que entre outras tinha a missão de lançar as estruturas base para esta arrancada autónoma através do seu departamento competente, ou seja o da Educação e de Investigação Científica - se tivesse demitido do seu direito e dever de integrar convenientemente o I.U.A. nas estruturas escolares Regionais adequadas,

E se tivesse demitido com bastante evidência - não só no campo do ensino superior mas também em todos os outros sectores - da tentativa de descentralização dos serviços do M.E.I.C.. Sei, por experiência própria, quanto o M.E.I.C. está ou estava agarrado ao seu domínio napoleónico sobre o ensino. Sei que a Junta atravessou a época áurea do Gonçalvismo. Sei que, nesse tempo, qualquer reacção, qualquer posição contra a linha do M.E.I.C., era qualificada de fascista, não hesitando o Ministério em transmiti-lo por escrito. O que é certo, porém, é que ninguém, nem nenhuma entidade, tem o direito

to de eximir-se das responsabilidades que lhe cabem, seja qual for a oposição que encontre. Só não se podem atirar pedras a uma criança de quatro semanas que partiu do zero.

E, para não me alongar mais, permitam-me tirar duas conclusões:

1ª - Por muito boas que possam ser as estruturas de uma Sociedade, ela nunca se transformará, se não conseguirmos uma mudança progressiva das nossas mentalidades, salvaguardando embora, e sempre, os seus valores intrínsecos.

2ª - O maior obstáculo que podemos encontrar para a transformação da sociedade, será o orgulho intelectual de meia dúzia de iluminados, seja qual for o seu jaez político ou de tipo puramente intelectual. O orgulho cega o Homem ou a força partidária que ele endeausa.

Um voto: que esta Assembleia procure a todo o transe evitá-lo.

(Palmas)

PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Fernando da Silva.

DEPUTADO MANUEL FERNANDO (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: A permanência da Base Americana nas Lajes da Terceira é uma realidade. Após o 25 de Abril de 74 tem sido discutida por vários partidos políticos, com maior ou menor demagogia, a sua permanência, as suas implicações sociais, positivas ou negativas.

Não é porém essa realidade que pretendo trazer a esta Assembleia, mas, sim, uma outra dela derivada.

Na referida Base Americana trabalham cerca de 1.300 ~~trabalhadores~~ portugueses em diversos sectores e com diversas categorias. Estes trabalhadores foram, desde sempre e até ao 25 de Abril de 74, beneficiados pelo menos materialmente, em relação aos restantes trabalhadores da ilha e talvez da Região. Isto acontecia porque a entidade patronal Americana regia-se por tabelas salariais e benefícios sociais superiores aos existentes nas leis de trabalho portuguesas de então. Presentemente isto não se verifica, por terem sido criadas novas leis de trabalho e aos trabalhadores portugueses da referida Base, em alguns aspectos, não terem sido aplicadas essas mesmas leis.

Efectuaram-se conversações para um acordo entre trabalhadores e entidade patronal mas, por intermediário, estava, como sempre, o Comando da Zona Aérea dos Açores. Os representantes dos trabalhadores participaram e-



penas como observadores e a partir de dado momento foram aconselhados a não comparecerem no recinto da reunião, o que veio a verificar-se. As conversações continuaram entre as Forças Americanas e o Comando da Zona Aérea dos Açores e, finalmente, foi assinado um acordo que, na generalidade, não satisfaz os trabalhadores e que lhes está a ser imposto.

Estando para breve as negociações entre os E.U.A. e Portugal sobre a Base Americana das Lajes, onde estarão presentes representantes da Região Açores de acordo com a alínea 1) do artigo 229º da Constituição, pretende-se alertar o Governo da Região para esta realidade e para a necessidade duma intensa auscultação aos referidos trabalhadores e dos seus legítimos representantes, os Sindicatos, para que num futuro acordo fiquem devidamente salvaguardados os seus legítimos direitos.

(Palmas)

DEPUTADO LIBERAL CORREIA (PPD/PSD): Sr. Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento.

PRESIDENTE: Faz favor.

DEPUTADO LIBERAL CORREIA: Gostaria de saber se os trabalhadores da Base das Lajes estão sindicalizados.

DEPUTADO MANUEL FERNANDO: Posso-lhe responder que em maioria estão sindicalizados. O que é uma realidade é que, perante a não actuação dos Sindicatos na referida Base, alguns começaram a desacreditar nesses mesmos Sindicatos. E, além deles não actuarem, até os próprios dirigentes sindicais não têm, como tal, entrada na referida Base. E embora sem uma grande justificação, posso dizer-lhe a título pessoal que há uma campanha anti-sindicalista, entre os próprios trabalhadores, o que é de lamentar.

DEPUTADO LIBERAL CORREIA: Só mais uma pergunta. E os que não estão sindicalizados têm algum Estatuto de funcionários civis afectos à Instituição Militar ?

DEPUTADO MANUEL FERNANDO: Não têm, mas há um Regulamento que, de certa maneira foi imposto, e que é sempre citado quando interessa à entidade patronal. Sempre que esse mesmo Regulamento não interessa à entidade patronal, não é citado. Não sei se me fiz compreender: Quando esse Regulamento vai contra a Lei do trabalho portuguesa, é citado. Quando não vai contra essa mesma Lei - portanto a lei poderia ser aplicada - ele é citado.

DEPUTADO LIBERAL CORREIA: Portanto quem substitui os sindicatos nas negociações é o Comando da Base, não é ?

DEPUTADO MANUEL FERNANDO: É a Zona Aérea. Não é o Comando da Base, é a Zona Aérea.

PRESIDENTE: Eu podia acrescentar ao Sr. Deputado Liberal Correia, porque também em tempos procurei ocupar-me desse assunto, que efectivamente o que há aqui, e em condições de ser corrigido, é um erro de base. Nunca o problema dos trabalhadores da Base Aérea foi seriamente considerado nas negociações relativas ao acordo. Como essas negociações são anteriores ao 25 de Abril, pois isso até, passe a expressão, se compreende. Uma coisa parece certa: é que esta situação tem que ser profundamente revista. A verdade é que todas as entidades sindicais encontram uma barreira, que é formada pela Zona Aérea dos Açores, a qual constitui, por assim dizer, um para-choques entre as reivindicações dos Sindicatos, e as exigências, ou as transigências da entidade patronal. Já várias vezes foi dito e redito. Este problema, no fundo, é um problema não de Direito do Trabalho mas de Direito Internacional. Tecnicamente, de Direito Internacional Público, que está praticamente virgem de uma intervenção responsável por parte do Governo Português. Esperamos que, nas próximas negociações, tanto o Governo, por si como através dos representantes da Região, possa definir um Estatuto que realmente não existe em termos, para esses trabalhadores.

Isto foi apenas para completar a sua dúvida, de acordo com alguns elementos de que eu tinha conhecimento.

DEPUTADO MANUEL FERNANDO: O Sr. Presidente dá-me licença ?

É que a minha intervenção tem simplesmente esse objectivo. Foi trazer para esta Assembleia, e alertar o próprio Governo, precisamente para que, daqui para o futuro, haja uma Legislação, e que toda a contratação seja feita de acordo com as Leis de trabalho Portuguesas, através dos referidos sindicatos, e desejo que se fixe o meio de, no Comando da Zona Aérea, trabalhadores de um lado, entidade patronal de outro, ser o que basta para se chegar a um acordo ou solução.

PRESIDENTE: Creio que estão feitos todos os esclarecimentos. Tem, portanto, a palavra o Sr. Deputado Manuel de Melo.

DEPUTADO MANUEL DE MELO (PPD/PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo a primeira vez que uso da palavra quero, antes de mais, saudar na pessoa dos meus ilustres colegas, senhores Deputados, todo o Povo das nossas ilhas pela grande vitória que representa, para nós, o funcionamento desta Assembleia, a existência do Governo Regional, a nossa emancipação como Povo.

Perde-se na bruma do tempo o dia em que, todos quantos estas ilhas vieram povoar, apostaram governar a sua terra.

Somos nós os chamados a concretizar, no tempo e no espaço e em dimensão verdadeiramente humana, a melhor aspiração deste Povo.

Sobre nós pesa a responsabilidade de demonstrar que somos um Povo adulto e que saberá, apesar de todos os bairrismos e quesílias inter-ilhas, governar a sua Terra.

Desejaria, de imediato, chamar a atenção de V. Ex<sup>ª</sup> Sr. Presidente, para um problema que interessa a toda a comunidade açoriana e que tem sido, nos últimos anos, tema para muitas conversas e assunto para debates de toda a ordem e de quase todos os meios de Comunicação Social. Diga-se de passagem que bem poucos contribuíram para a solução do problema porque à partida eivados de desconhecimento absoluto do problema, e outras vezes minados de bairrismos estéreis e fins inconfessáveis. Muitas vezes até tem sido o problema tratado irresponsavelmente, mesmo a nível da Junta Regional que, felizmente, já fez história nestas ilhas.

Tentarei ser breve e procurarei explicar das suas implicações e dos seus responsáveis e irresponsáveis, como atrás frisei.

Para nós, Açorianos, a política aérea terá de assentar, a nível de Governo, numa exploração rentável da Linha Aérea Açoriana, SATA.

Mas, para algumas ilhas e seus líderes, incluindo a antiga Junta Regional, isso era a parte menos importante do problema. No seu bairrismo e histeria colectivos, levou-os a gastar mais de sete mil contos numa aerogare que, embora funcional a nível Regional, no tráfego inter-ilhas, não será aceite pela Direcção Geral da Aeronáutica Civil.

Para o Aeroporto Internacional de Santa Maria nunca a Junta Regional dispôs de uns míseros escudos para fazer uma sala de trânsitos na Aerogare, nem uma pintura nas paredes do velho Hotel do Aeroporto. Não interessava. Interessava, isso sim, matar o Aeroporto de Santa Maria, e quase o fez conseguindo, com o completo alheamento da DGAC.

Chegou-se ao ponto de algumas Comissões de Turismo Insulares proporem às Agências de Viagem Norte Americanas e Canadianas, a recusa de venda de bilhetes por Santa Maria, alegando falta de lugar, para as desviar para as Lajes.

Conlúio tinha até a participação do pessoal da Repartição da In-

tercâmbio da DGAC que, aprovando embora os horários por Santa Maria, deferiria a torto e a direito, pedidos para fretamentos para as Lajes, em detrimento dos voos regulares por Santa Maria. Convinha a esses Senhores dar o jeito à TAP, pois beneficiariam, a longo prazo, nas viagens de borla com os bebés e as mããs.

A própria TAP nunca interessou servir o Povo açoriano, mas servir-se dele.

No Consulado de Marcelo Caetano impôs-se um voo pelas Lajes e, nessa altura, foi já definida a política aérea dos Açores: a entrada e saída do Arquipélago far-se-á pelo aeroporto Internacional de Santa Maria.

Mas a TAP veio às Lajes e gostou. Pudera ! O P.X., etc., etc.

Todos sabemos que a SATA faliu por causa da TAP. A prova mais evidente da sua falência está na estação das Lajes, onde quinze funcionários davam para o serviço da SATA, e são alguns cinquenta a trabalhar para a TAP. Está mais do que provado que a viabilidade económica da SATA passa, necessariamente e para já, pela centralização do tráfego aéreo Internacional no Aeroporto de Santa Maria. A sua localização na periferia do Arquipélago, torna possível a correcta coordenação da Companhia Regional com as mais Companhias afectas ao Tráfego Aéreo Internacional. Mas, para isso e para já, a SATA terá de equipar-se com uma frota capaz de servir convenientemente a Região.

A retenção de qualquer passageiro no aeroporto de Santa Maria é da inteira responsabilidade da TAP. Mas, dirá alguém, se o tráfego for centralizado nas Lajes a SATA terá viabilidade económica. Nesse caso, Santa Maria ficaria para os voos eventuais. A resposta é simples. Sim. Terá viabilidade económica se fecharem de vez o aeroporto de Santa Maria. De facto, ou se mantem aberto e é rentável a estação da SATA naquela ilha ou se fecha de vez. Santa Maria sem o tráfego Aéreo Internacional regular e eventual, era tornar deficitária a única estação da SATA que ainda e sempre deu superavit.

Muita gente desconhece que a SATA, para assistir um único DC8 ou B707 em Santa Maria, terá de manter uma estação de manutenção, uma de operações e outra de tráfego, que deverão estar equipadas, segundo o preceituado pela ICAO, em meios técnicos e humanos, como se tivesse de assistir a dez ou vinte aviões por dia. Era a ruína completa da SATA. Portanto, só existe uma solução: centralizar em Santa Maria o tráfego aéreo internacional regu-

lar e eventual e, ao mesmo tempo, considerar o seu Aeroporto um aeroporto franco, o que possibilitará, a curto prazo, o desenvolvimento da Ilha e suas potencialidades com que sonham, de há anos, as gentes daquela terra.

Sim, porque estamos conscientes de que, a longo prazo, a Ilha de Santa Maria terá que viver, e melhor, sem depender do tráfego do aeroporto. O que nos interessa é o desenvolvimento global da Ilha.

É o seu porto, a valorização das suas praias e estâncias de veraneio, as suas estradas e demais equipamento que conalizarão o turismo que já perdemos. Se assim não procederem, tentando valorizar já o aeroporto de Santa Maria, será a absorção pura e simples duma ilha pequena por outra maior. Será contra os interesses dos mais desprotegidos.

A transferência do tráfego aéreo internacional regular para as Lajes será o afastamento da Aviação Internacional da nossa Região.

Nenhuma Companhia decente de aviação permite um "ground time" (tempo de chão) superior a uma hora, e os aviões nas Lajes chegam a levar mais de duas horas para abastecer. Na realidade, as Lajes não dispõem já de Companhias abastecedoras, pois o que existe é privativo da USAF, que estabelece as últimas prioridades para a aviação civil, e só dispõe de JP4, que a maior parte da aviação comercial não usa, e que os americanos aumentaram de 80 cts. por galão. Não esquecer também que, com vento cruzado superior a 35 nós, a pista das Lajes está inoperativa.

Além disso, está em vésperas de ser anunciado o novo acordo da Base das Lajes. É a única oportunidade de valorizarmos a Base, que ficará diminuída e desvalorizada, por mais vulnerável à espionagem internacional, se nela entrar a aviação internacional, mesmo regular, pois já vários países de Leste beneficiam de uma escala pelos Açores.

Parece que a definição da política aérea nos Açores, já encontrada e reconhecida no estudo feito em profundidade pelos técnicos nacionais e estrangeiros que se debruçaram sobre o assunto, indica que o tráfego Lisboa/Açores, interno portanto, seja centralizado nas Lajes.

A viabilidade do tráfego internacional pelo aeródromo das Lajes está fora de questão, pelas implicações de ordem técnica e sobretudo política, estas de âmbito internacional como atrás apontamos. A valorização da BA4 e sua utilização específica assenta na conjuntura geo-política em que estamos inseridos: O Mundo Ocidental. A Base, embora portuguesa, transcende, no seu valor real e operacional, as fronteiras da Região e do próprio País.

Compreendemos perfeitamente que devem ser tidos em linha de conta, prioritariamente, as conveniências do nosso Povo e da nossa Região, e compreendemos que os interesses da Região estão acima dos interesses da Ilha. Aceitamos as conclusões a que chegaram os técnicos: Santa Maria ficará com o tráfego Internacional e processar-se-á, pelas Lajes, o tráfego Interno Lisboa/Açores. Assim sendo, terá o Governo de apetrechar a curto prazo a aerogare do Aeroporto Internacional de Santa Maria e seu Hotel para um mínimo de 1:000 FX por hora. De facto as deficiências que se notam no Aeroporto estão afectas a estes sectores.

Todos os outros cumprem eficientemente e tornam o aeroporto de Santa Maria indispensável à aviação transatlântica, nem que seja só como escala técnica. Qualquer das três Companhias SHELL, ESSO, e MOBIL, está apetrechada de modo a possibilitar o abastecimento de 80 toneladas de JF1 em trinta e cinco minutos. Este aeroporto de Santa Maria, preparado para atender três jactos de longo curso cada 50 minutos, como aliás ficou demonstrado nas últimas duas vezes em que os controladores do Canadá entraram em greve e obrigaram a aviação da rota do Norte a descer àquem dos 45 graus Norte, entrando por isso na área de Santa Maria.

Regionalizada e apetrechada a SATA, com uma administração que não esteja enfeudada à TAP, cabe aqui uma observação que julgamos pertinente. A TAP é nossa e do Estado. A SATA é nossa e do Estado, embora na Região. Por isso mesmo, e seguindo o preconizado em todas as sociedades evoluídas, e para que os Continentais mostrem que não têm medo da Autonomia, seja-me permitido sugerir que o tráfego Interno entre Açores e Continente, para já, seja dividido firmemente pela TAP e pela SATA. Que os Açorianos conscientes e que dizem amar os Açores, façam um esforço a fim de dotarem a linha aérea da Região com equipamento apropriado aos fins que preconizamos. Não sai daqui diminuída a unidade Nacional, mas sim valorizado o património de todos nós. Depois pensaremos em estender a linha aérea açoriana às nossas comunidades dos Estados Unidos e Canadá. Pelas razões expostas, não temos mais que esperar. Defina-se já a política aérea de acordo com estes parâmetros e ponhamos em funcionamento todos os outros sectores da economia da Região, estrangulados até agora por falta de coragem, saber e decisão, de todos ~~quantos~~ pretenderam colonizar-nos, defendendo interesses que não são os nossos. Cada dia de indecisão que passa é um mais a contar no subdesenvolvimento da nossa Terra. Se ainda depois disto, vozes discordantes se levantarem, não servem os interesses da Região e não serão ditadas, certamente, pela competência sobre o assunto. Como Açorianos que somos, exigimos os nossos problemas resolvidos por nós. Por isso

exigimos que seja já o da política aérea da Região Açores.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE: Eu dou as boas vindas aos Srs. Deputados que acabam de chegar, dentro das contingências e das áreas das nossas deficientes comunicações aéreas. São muito bem-vindos.

Bem, meus Senhores. Somos chegados ao fim do período de Antes da Ordem do Dia. Iríamos entrar no período da Ordem do Dia. Como se sabe, o período da Ordem do Dia inclui a escolha, a determinação e a eleição dos membros da Comissão permanente para o Plano, Economia e Finanças, e a apreciação do Orçamento Regional.

Dadas certas dificuldades que nós encontramos, - tanto de ordem temporal, como de ordem Regimental - a Mesa da Assembleia tem a absoluta necessidade de contactar com os Grupos Parlamentares. Para esse efeito, vou suspender o andamento desta sessão pelo período de 45 minutos, agradecendo aos representantes dos três Partidos que se encontram nesta Assembleia o favor de, imediatamente, entrarem em contacto comigo, para podermos acertar um esquema dos nossos trabalhos.

Está suspensa a Sessão.

(Eram 16,25 horas)

PRESIDENTE: Está reaberta a Sessão.

(Eram 17,37 horas)

Agradeço ao Sr. Deputado que fez as vezes de 2º Secretário o ter exercido as suas funções. Uma vez que já chegou a Srª Secretária a quem substituíra, está dispensado delas. Quanto ao substituto do 1º Secretário, ele ainda terá que se manter em exercício. Efectivamente, diz aqui o Regimento, no seu artigo 21º que, no caso de cessação ou suspensão do mandato de alguns dos membros da Mesa, a Assembleia procederá, na reunião imediata à publicação do facto no "Diário", e à eleição do novo titular. Ora, lamentavelmente, nós ainda continuamos sem ter o "Diário da Assembleia Regional dos Açores" em termos de ser distribuído. Deus permita que, para a semana, já o possamos ter, então com muitos exemplares. De maneira que como o facto não foi publicado no "Diário", nos termos rigorosos do Regimento ainda não se verificou a circunstância de que dependa a substituição oficial desse membro da nossa Mesa.

Portanto, o Sr. Deputado Agostinho Pimentel fará o favor de con-

tinuar em funções de substituto do 1º Secretário.

#### ORDEM DO DIA

PRESIDENTE: Estamos no período da Ordem do Dia, que como sabemos, teria duas partes: A primeira destinada à composição da Comissão do Plano, Economia e Finanças, e a segunda à apreciação do Orçamento Regional proposto pelo Governo da Região.

Há aqui, como é evidente, uma precedência lógica. Nós não podemos apreciar o Orçamento sem que a Comissão do Plano, Economia e Finanças, dê o seu parecer sobre o mesmo. E para que essa Comissão dê o seu parecer, ela tem que existir. E ela ainda não existe. É uma das duas Comissões permanentes da Assembleia.

Uma é a Comissão de Organização e Legislação, e outra é justamente a Comissão do Plano, Economia e Finanças. Sobre a Comissão de Organização e Legislação, falaremos daqui a pouco até porque ela não precisa de ser eleita; e já temos aqui propostas para a sua composição.

Sobre a Comissão do Plano, Economia e Finanças, o artigo 31º do Regimento diz-nos que o número de membros de cada Comissão e a sua distribuição por diversos partidos, são fixados - no caso que nos interessa - por deliberação da Assembleia, sob proposta do Presidente, ouvidos os representantes dos Grupos Parlamentares, e Partidos não constituídos em grupo.

Orn acontece que eu ouvi os Grupos Parlamentares - os seus representantes - ouvi também o único Partido não constituído em grupo - que é o CDS + e, de acordo com isso, proponho à Assembleia que a Comissão Permanente do Plano, Economia e Finanças, seja constituída, dentro dos limites Regimentais, por 9 membros, dos quais 5 pertencentes ao Partido Popular Democrático, 3 do Partido Socialista e 1 do Centro Democrático Social.

Como os Partidos já foram ouvidos, não há lugar à discussão e ponho esta proposta à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, mantêm-se como estão.

(Fausa)

Está portanto aprovada por unanimidade que a Comissão do Plano, Economia e Finanças será constituída por 9 membros, 5 do PPD/PSD, 3 do PS, e 1 do CDS.

Nos termos do artigo 31º, nº3, do Regimento, convido os dois Gru-



pos Parlamentares e o CDS a indicarem amanhã - portanto dentro daquele prazo das 24 horas - os Deputados que entendem deverão integrar esta Comissão, para que a mesma se considere constituída, e assuma imediatamente as suas funções em termos concretos, passando a apreciar o Projecto do Orçamento Regional.

Tenho aqui duas propostas - uma do Partido Popular Democrático, outra do Partido Socialista - que indicam para fazerem parte da Comissão Permanente de Organização e Legislação, os seguintes Deputados Regionais:

PPD/PSD: Carlos Bettencourt, Frederico Maciel, José Trigueiros e Fátima Oliveira;

PS: Conceição Bettencourt e Mercês Coelho.

Não há mais propostas, de maneira que, nos termos Regimentais, considero constituída por estes seis Deputados, a Comissão Permanente de Organização e Legislação. A esta Comissão cumpre, nos termos do artigo 35º do Regimento, relatar e dar parecer sobre a verificação dos poderes dos Deputados.

Desde já incumbe esta Comissão de, até à sessão de amanhã, apresentar o seu relatório sobre a verificação de poderes dos quatro Deputados cuja admissão foi requerida à Assembleia pelo Partido Popular Democrático, em substituição daqueles quatro que se encontram impedidos, por estarem a exercer funções no Governo Regional.

(Pausa)

A bom rigor, deveríamos aqui interromper os nossos trabalhos por hoje, seguindo a Ordem do Dia. Com efeito, só depois de efectivamente constituída a Comissão do Plano, Economia e Finanças, nós poderemos marcar-lhe prazo para desempenhar as suas funções.

Sobre prazos que temos que observar, a Mesa já tem algumas ideias que resultaram da consulta do Regimento e de troca de impressões com os Grupos Parlamentares.

Não vale a pena anunciar nada. Primeiro porque pode haver alguma mudança de ideias, e segundo porque a verdade é que todas as coisas se devem anunciar na sua altura própria. Os nossos trabalhos continuam em aberto, e por hoje realmente nada mais temos que adiantar.

Marco portanto a continuação dos nossos trabalhos, para amanhã, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Eram 17,45 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

FPD/PSD: Álvaro de Melo, Carlos Bettencourt, João Paulino, Altino de Melo e Carlos Teixeira.

PS: Roberto Amaral, Angelino Páscoa e Suzette Oliveira.

CDS: Jácome Correia.

Deputados que faltaram à Sessão:

PS: António Emílio, João Luís Medeiros, Mercês Coelho e Silvano Pereira.

CDS: Rogério Contente.

Requerimentos, Projectos, Propostas, etc, entrados durante a Sessão:

#### REQUERIMENTO

Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores

Excelência

Nos termos do número 1 do artigo 16 do Regimento da Assembleia Regional dos Açores, o Partido Popular Democrático requer a substituição dos seguintes Deputados, pelo facto de terem passado a pertencer ao Governo Regional dos Açores (art. 6, n.º 1):

Pelo círculo da ilha Terceira, José Mendes Melo Alves por João Manuel Bettencourt da Silva; pelo círculo de S. Miguel, João Vasco da Luz Botelho Paiva por José Nuno Almeida e Sousa e António Gentil Lagarto por Dinarte Teixeira; pelo círculo do Faial, José Pacheco de Almeida por Fernando Manuel Faria Ribeiro.

Assembleia Regional dos Açores, Horta, 18 de Outubro de 1976

O Presidente do Grupo Parlamentar do FPD/PSD

Assinado,

José Adriano Borges de Carvalho

#### PROPOSTA

Nos termos do n.º 1 do art. 31 do Regimento da Assembleia Regional

dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático (FPD/PSD) propõe os seguintes Deputados para fazerem parte da Comissão de Organização e Legislação: Dr. Carlos Henriques Velho Cabral Medeiros Bettencourt, António Frederico Correia Maciel, José Arlindo Armas Trigueiro e Maria de Fátima da Silva Oliveira.

Assembleia Regional dos Açores, Horta, 18 de Outubro de 1976.

O Presidente do Grupo Parlamentar do FPD/PSD

Assinado,

José Adriano Borges de Carvalho

#### PROPOSTA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe os Deputados Maria da Conceição Bettencourt e Maria das Mercês Coelho para integrarem a Comissão de Organização e Legislação da Assembleia Regional dos Açores.

Sala das Sessões, 18 de Outubro de 1976.

Pel'0 Grupo Parlamentar

Assinado,

José António Martins Goulart

